A TERAPIA ABA COMO METODOLOGIA PARA O APREDIZADO E A SOCIALIZAÇÃO DO AUTISTA

MARIZA STEFANE SOLER

RESUMO:
Este estudo visa refletir sobre os conceitos que envolvem a Análise Comportamental Aplicada (ABA) como uma das ferramentas oriundas do behaviorismo, seu modo de intervenção e sua aplicabilidade como tratamento e didática para lidar com crianças que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Realizando uma revisão literária com pesquisa qualitativa, explorando a bibliografia acadêmica existente, o presente artigo explana que considerando uma das características do autismo a introspecção, sendo definido como "Absorvido por si próprio" e que a referida metodologia ABA trabalha justamente a relação entre a realidade concreta externa e o mundo interno da imaginação e do cognitivo através de estímulos a comportamentos adequados e punições ações destrutivas como o autoflagelo; evidencia que esta forma de trabalhar com o educando autista, ressaltando que as legislações brasileiras disponibilizam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), aparece como a intervenção que mais corresponde às necessidades do aluno que se encontra no espectro, embora seja uma técnica oriunda da corrente psicológica behaviorista. Deste modo, conclui-se através da argumentação acadêmica e da observação prática relatada em obras e artigos, que o estímulo com recompensas prazerosas aos sentidos do indivíduo provoca a repetição e o reforço aos bons comportamentos, até que estas condutas se tornem automáticas, beneficiando o aluno ou o paciente para viver e conviver do modo mais normal possível.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista; ABA; Estímulos.

INTRODUÇÃO

O autismo como transtorno foi detectado na modernidade, apresentando avanços na sua identificação conforme o decorrer das pesquisas cientificas, posto que foi considerado como esquizofrenia ou loucura durante um grande período da história.

Observa-se a evolução para o diagnóstico no Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois as edições do Manual de Diagnóstico e Estatísticas de Transtorno Mentais (DSM) e o Código Internacional de Doenças (CID) tem modificado seus conceitos e características para abarcar a diversidade e a complexidade do autismo enquanto transtorno.

É possível acompanhar que as descobertas sobre o autismo estão levando as comunidades científicas a promover modificações na classificação do referido espectro, considerando que a própria palavra "espectro" indica uma complexidade de sintomas, os quais variam de acordo com a idade, o nível e o desenvolvimento individual. Devido ao aprimoramento na categorização deste transtorno como resultado das pesquisas acadêmicas, foi necessário transformações como enquadrar o autismo entre os Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD).

A convivência com alunos autistas permite verificar que crianças enquadradas no referido quadro apresentam uma rotina bem definida, atitudes que são recorrentes e repetitivas, interesses focados em objetos específicos, isolamento social e dificuldade na comunicação verbal e visual. Devido a estas categorias sintomáticas, estabeleceu-se um padrão comportamental para o autismo, o qual coaduna com a tríade proposta por Wing exposta por Costa (2015), a qual é formada pelos déficits de interação social, comunicação verbal e não verbal, e ainda imaginação e capacidade simbólica (interesses, comportamentos e atividades repetitivas e estereotipadas). Por envolver a questão cognitiva e comportamental, evidencia-se que um método que busca modificar comportamentos disfuncionais através de práticas que trabalham a cognição e sua relação com a ação e as atividades que o paciente realiza em seu cotidiano atenderia as especificidades do aluno enquadrado no espectro.

Dentre as modalidades de terapias psicológicas, a Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) satisfaz as necessidades do autista, destacando-se a Análise Comportamental Aplicada, cuja denominação em inglês é Applied

Behavioral Analysis (ABA), a qual conforme Rocha e Morais (2024), visa introduzir comportamentos adequados que o paciente não possui com instruções, vinculando a execução de ações apropriadas a consequências positivas, recompensando a criança quando desenvolve comportamentos esperados. Recompensas reduzidas gradativamente para evitar dependência, pois a intenção é criar hábitos benéficos para o desenvolvimento individual, sendo claramente uma metodologia possível de ser aplicada didaticamente na escola.

Deste modo, o presente artigo realiza uma revisão da literatura com pesquisa qualitativa, visando refletir as formas com que esta intervenção oriunda da psicologia conhecida como ABA podem contribuir para a educação e as didáticas, tendo em vista, a inserção de alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no processo de ensino e aprendizagem, estimulando sua cognição e buscando fornecer condições para sua interação social, posto que a comunicação é um dos fatores dificultados pelo autismo e precisa ser desenvolvido para que este educando seja incluído não apenas no ambiente educacional como também na sociedade.

Evidencia-se que o método ABA como ferramenta da psicologia pode contribuir para o atendimento de pessoas com autismo, não apenas no âmbito terapêutico, mas também no processo de ensino e aprendizagem assim como na socialização, pois apresenta uma prática condicionante que pode ser aplicada pedagogicamente.

O DIAGNÓSTICO E A ANÁLISE COMPORTAMENTAL APLICADA (ABA) EM SALA DE AULA

Para se aplicar o método voltado a atender alunos com autismo, é necessário conhecer as características deste quadro para saber identificar o transtorno, e a partir deste diagnóstico, formular um plano pedagógico para o caso. Deste modo, a análise comportamental é fundamental também na identificação do enquadramento do educando como autista, pois é possível observar que os predicados que caracterizam o referido cenário são perceptíveis pelas atividades que o estudante desenvolve diariamente e pelo modo com que age nas diferentes situações do cotidiano. Rosa e Albrecht (2022, p. 04) expõem as características do autismo conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5, 2014):

> (...) 1. Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais. 2. Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada à anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal. 3. Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares.

Observa-se que os indícios do autismo são verificáveis através do acompanhamento cotidiano do comportamento, porém a orientação sobre os casos de suspeita de autismo é encaminhar para uma especialidade competente, pois o diagnóstico só pode ser fechado por um psiquiatra, um neurologista ou neuropediatra, havendo três níveis do transtorno, sendo o terceiro o que necessita de maior apoio.

Rosa e Albrecht (2022) e Almeida e Bentes (2019) explanam que a legislação brasileira, especificamente a lei nº 12.764 de 2012, a qual recebeu o nome de lei Berenice Piana em homenagem a uma mãe que de criança autista que propôs alterações legislativas para contemplar as necessidades das crianças com autismo, lei que enquadra o autismo como deficiência, garantindo o acesso e a permanência, assim como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) quando necessário, ao educando com Transtorno do Espectro Autista (TEA), além de prever um acompanhante profissional especializado para o deficiente no ambiente educacional.

Considerando a obrigatoriedade do acesso

do aluno autista na escola regular e a possibilidade de um atendimento direcionado para suas necessidades, é extremamente plausível a elaboração de um Plano Educacional Individualizado (PEI) para se promover atividades que desenvolvam as habilidades necessárias para a socialização e a participação na sala de aula regular e o efetivo processo de ensino e aprendizagem.

Ressalta-se a necessidade perceptível do acompanhamento especializado principalmente no nível três do autismo pela exigência de maior apoio e atendimento, quando o aluno se encontra neste estágio do autismo, pois neste cenário, o aluno que se encontra no referido espectro é mais dependente, exigindo uma atenção mais cuidadosa e intensa como demonstra casos observados no cotidiano escolar.

Dadas estas questões, Rosa e Albrecht (2022) concordam com Rocha e Morais (2024) e Almeida e Bentes (2019), no sentido de que a intervenção da ABA é a mais indicada para o tratamento do autismo. Rocha e Morais (2024) expõem que esta abordagem visa justamente desenvolver habilidades necessárias para que o indivíduo crie hábitos benéficos que favoreçam sua performance educacional, acadêmica e profissional.

Além de favorecer o desenvolvimento de hábitos e aptidões positivas para as atividades cotidianas do indivíduo, é preciso ressaltar que conforme a observação e pesquisas apontam, apesar de não haver cura para o referido transtorno, a descoberta na primeira infância possibilita o tratamento adequado com estímulos positivos como cada atividade executada da maneira desejada pelo autista ser seguida por uma consequência, cuja função é reforçar a continuidade da ação realizada.

As pesquisas sobre o tema são unânimes em expor que quanto mais cedo se inicia o tratamento adequado para o referido transtorno, maiores são as probabilidades de sucesso, sendo necessário o reforço constante dos bons comportamentos, e por esta razão, a intervenção deve abranger todos os âmbitos da vida do paciente ou educando, ou seja, para uma efetividade do método, família, escola e a eventual psicoterapia aliada a terapia ocupacional devem se envolver na aplicação do ABA, oferecendo constância aos estímulos.

É possível relacionar esta necessidade de constância à rigidez na rotina que o autista apresenta para sua própria organização comportamental, uma vez que com estimulação frequente e precoce, a criança incorpora hábitos positivos para o seu desenvolvimento no cotidiano.

Souza (2022) relata duas pesquisas comparativas entre grupos de pacientes com o referido transtorno que passaram pela intervenção intensiva do ABA e outros grupos que não tiveram esta estimulação. Como resultado, demonstrou-se que as crianças que tiveram o estímulo intensivo do método apresentaram avanços significativos em todos os aspectos do comportamento, evolução muito superior ao grupo que não foi submetido ao ABA.

Partindo destes resultados, comprova-se que o referido método é eficaz para crianças com autismo. Deste modo, visando explanar um dos princípios básicos da metodologia ABA, Souza (2022, p. 12) cita Meyer (2003):

> Um dos princípios básicos da ABA é que um comportamento é qualquer ação que pode ser observada e contada, com uma frequência e duração, e que este comportamento pode ser explicado pela identificação dos antecedentes e de suas consequências. É a identificação das relações entre os eventos ambientais e as ações do organismo. Para estabelecer estas relações devemos especificar a ocasião em que a resposta ocorre, a própria resposta e as consequências reforçadoras.

Observa-se que a consequência como reforçadora de um comportamento adequado é um fator central na metodologia em questão. Por esta razão também, é imprescindível a integração dos profissionais que atendem o autista com a família, visando conhecer os gostos e preferências do indivíduo para oferecer uma resposta positiva a ações desejadas para o desenvolvimento social, educativo e psicológico do sujeito.

Deste modo, o envolvimento dos pais do deficiente, no caso o autista, é crucial para o sucesso de uma intervenção como a ABA, transmitindo informações sobre os interesses da criança para uma resposta positiva

como consequência de uma atividade bem desempenhada, mas também é um modo da própria família modificar seu olhar para este deficiente, uma vez que torna mais visível não apenas as dificuldades, mas as capacidades e potencialidades do paciente, fato evidenciado pela convivência com alunos autistas. Esta transformação na relação da família com o autista gera impactos positivos na autoestima e consequentemente no rendimento do educando.

Considerando que a necessidade do autista é justamente aprimorar sua capacidade de interação social e inserir comportamentos positivos para seu cotidiano, o estímulo e o envolvimento da família é fundamental para a intervenção, sendo que quando os pais passam a enxergar as potencialidades como é confirmado pela pesquisa de Costa (2015), engajam-se de maneira efetiva no tratamento, gerando um ciclo benéfico para todos, pois quanto mais estimulada a criança com referido transtorno é, maior é sua evolução.

MÉTODO ABA E A EDUCAÇÃO

A referida metodologia é perfeitamente aplicável no ambiente educacional por se tratar de conduzir o aluno a conhecer posturas benéficas para si próprio e desenvolver habilidades que possibilitem a interação social saudável. Neste diapasão, o filósofo Cortella (2015) explana que o radical da palavra educação indica que educar significa conduzir o aluno a descoberta de conhecimentos, sendo possível concluir que no caso analisado, esta condução envolve não apenas a relação de causa e consequência, mas também descobrir, aprimorar e desenvolver habilidades trazidas pelo autista.

Como já exposto, o método ABA visa introduzir comportamentos positivos no educando através de reforços, ou seja, consequências benéficas aos olhos do educando. É evidente que para tanto, é preciso conhecer a personalidade, os interesses e os gostos deste aluno, para a partir destes dados, oferecer as recompensas condizentes com os prazeres do caso específico, logo, a estratégia do ABA precisa partir de um plano individualizado e adaptado para as especificidades de cada criança.

Deste modo, conforme Almeida e Bentes (2019), a Análise Comportamental Aplicada (ABA) parte da combinação entre ambiente, comportamento humano e aprendizagem para traçar um plano de ação baseado na interação específica entre estes três fatores. Ou seja, é na relação de como o educando reage aos estímulos ambientais e seu comportamento que a ABA estabelece sua estratégia e promove o aprendizado de hábitos saudáveis ao indivíduo.

Observa-se a relevância no ambiente para a aplicabilidade desta metodologia. Considerando a importância da combinação entre ambiente, comportamento e aprendizagem, é evidente que a intervenção deve ocorrer em um local divertido e com atividades que a criança goste para favorecer o aspecto reforçador, a configuração da sala onde o método ABA acontece também é um fator estimulante para se desenvolver comportamentos desejados no educando.

Se a legislação garante, segundo a lei nº 12.764 de 2012 citada por Rosa e Albrecht (2022), o Atendimento Educacional Especializado ao aluno com o referido transtorno; evidencia-se que a utilização dos recursos presentes na Sala de Recursos Multifuncionais como estímulos reforçadores de comportamentos positivos como preconiza o princípio da Análise Comportamental Aplicada (ABA) é possível e fundamentada academicamente e legalmente.

Posto que como já mencionado, a aprendizagem é outro fator considerado em uma estratégia da metodologia em questão ao lado do ambiente e do comportamento, evidencia-se que apesar de ser originada da corrente psicológica do behaviorismo, a ABA é aplicável no ambiente educacional, uma vez que consiste em transmitir hábitos saudáveis e adequados ao educando através de um processo de instrução, fornecendo benefícios à criança como consequência de ações e comportamentos positivos, os quais terminam por substituir atitudes negativas como a automutilação.

O referido método consiste justamente em iniciar por instruções, posto que a capacidade de entendimento do autista é preservada, e conforme exposto por Almeida e Bentes (2019), retirar gradativamente estas orientações para que o educando consiga no decorrer da intervenção incorporar comportamentos positivos, sendo capaz de pro-

mover estas atividades independentemente do professor ou do psicólogo.

Claramente se trata de uma metodologia didática educativa, pois embora como já explanado é uma técnica elaborada dentro da Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) e do behaviorismo, sua execução se promove na orientação e na transmissão de conhecimentos para ações positivas que precisam ser incorporadas pelo sujeito para a vida em sociedade.

Logicamente, a psicologia precisa trabalhar junto com a pedagogia para oferecer suporte teórico e fundamentos para as estratégias no sentido de estimular cada conquista do aluno para o fim de ter uma rotina normal e sociável. Neste diapasão, é possível trazer a argumentação de Maciel (2003), a qual explana sobre a necessidade de uma equipe interdisciplinar dentro do ambiente educacional com psicólogos, psicopedagogos e outros profissionais, incluindo evidentemente, o docente.

Deste modo, trazendo os conhecimentos destas especialidades para a formulação de estratégias e a respectiva aplicação prática, executando um trabalho colaborativo com uma equipe formada por profissionais capazes de explicar cada qual na sua área os fundamentos para cada ação, se estimularia as habilidades do educando, suprindo as dificuldades.

Enxergar as aptidões dos alunos para utilizá-las a favor do objetivo pedagógico é fundamental para o sucesso de qualquer empreitada no processo de ensino e aprendizagem, concluindo-se que utilizar as habilidades e os interesses do aluno é essencial para a efetiva inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais.

Considerando que o autista apresenta dificuldades de comunicação, de interação social, comportamentos e interesses repetitivos e estereotipados, atividades que utilizem estas preferências do educando, através de um plano elaborado com interdisciplinaridade especificamente para atender a individualidade do aluno, como preconiza a metodologia ABA, e posto que como expõem Almeida e Bentes (2019), a criança autista apresenta interesses diferentes dos outros infantos na mesma faixa etária, é o método possível e eficaz para atender as necessidades especiais do referido transtorno, uma vez que conforme já exposto a legislação brasileira garante o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os alunos autistas.

É possível exemplificar a importância deste tratamento especializado através do enredo do filme “Como estrelas na terra”, pois embora o protagonista não seja autista, devido a sua dificuldade de aprendizagem por ser disléxico, apresentava dificuldades de socialização, de interação com outras crianças e uma imaginação que o levava para além da realidade como é características do autismo.

Enxergando o cenário descrito, um professor substituto da disciplina de artes com vivência em educação especial estuda as relações familiares e sociais do personagem, descobre seu talento pelas artes plásticas, elabora e aplica um plano individualizado para este caso específico, conquistando avanços diários com este estudante, tendo como desfecho, a assimilação de costumes de asseio pessoal como se vestir e se pentear sozinho por parte do aluno, além da conquista de amigos, interagindo com os outros estudantes, e ser premiado em um concurso de pinturas de sua escola.

Observa-se que assim como na ABA, o professor da referida história cinematográfica baseada em fatos reais estimula o personagem principal a partir do talento individual do educando, reforçando acertos através da recreação, da ludicidade e das preferências do aluno.

Comprova-se, tendo como base a concretude de uma intervenção bem sucedida demonstrada por um filme, que é possível transformar comportamentos e trajetórias de educandos através do uso de ferramentas teóricas apropriadas para cada necessidade educacional, no caso do autismo e dos distúrbios comportamentais e sociais, como exposto por Rocha e Morais (2024), Rosa e Albrecht (2022) e Almeida e Bentes (2019), a metodologia behaviorista da Análise Comportamental Aplicada (ABA) é a mais indicada, pois se estabelece em uma relação de reforço de acertos com recompensas prazerosas ao aluno.

Devido a esta característica instrutiva e recompensadora, onde ao longo do processo, as instruções se tornam desnecessárias,

pois as práticas positivas se tornam automáticas e o educando se torna independente, conforme Almeida e Bentes (2019), a ABA seria definida por alguns especialistas como a "Aprendizagem sem erros", pois o referido método se baseia em uma teoria de ensino denominada como Ensino de Tentativas Discretas, no qual o aplicador seja docente ou terapeuta possui total domínio de todas as situações.

Esta didática que baseia a intervenção da Análise Comportamental Aplicada decompõe o comportamento em etapas, trabalhando, segundo Almeida e Bentes (2019), a atenção, pois se inicia com a instrução da atividade ou do movimento que será desenvolvido pelo aluno, instruindo antes que o estudante ou paciente possa dispersar sua mente, momento inicial seguido por alguns segundos de espera para verificar seu aluno responde à proposta, finalizando o ciclo terapêutico, o aplicador entra com a recompensa para reforçar comportamentos positivos ou com a correção para aprimorar equívocos ou ausência de resposta.

A estimulação e a inibição de comportamentos como dispositivos da ABA se justificam pela discussão teórica desenvolvida pelos expoentes desta corrente psicológica behaviorista como prioritariamente o estudo do comportamento humano, destacando-se Watson, Skinner e Thorndike. Para se explanar especificamente a metodologia da ABA, aborda-se Watson e Skinner, ressaltando-se os argumentos de Watson citado por Almeida e Bentes (2019), segundo os quais o realismo do mundo objetivo e concreto seria acessível aos seres humanos somente através dos sentidos.

O indivíduo conheceria apenas o produto da sua experiência que seria internalizada por meio do contato com o mundo real possibilitado pelos sentidos, passando estas informações pelas interpretações e sensações do mundo da subjetividade. Deste modo, a existência de duas dimensões das vivências em uma teoria do conhecimento, onde o contato com o real é intermediado por fatores da subjetividade como o pensamento e as interpretações, desemboca na conclusão lógica e imediata de que o compartilhamento de dados e o contato com o outro explica a existência inclusive das vivências individuais, sendo possível concluir que a partilha de conhecimentos internalizados é fundamental para o aprimoramento do comportamento humano.

Partindo desta visão de Watson, conforme Almeida e Bentes (2019), Skinner publica sua teoria, na qual observa que os estímulos positivos acessados pelos sentidos funcionam como incentivos a bons comportamentos, recompensas que este teórico denominou de reforçadores, enquanto punições ou consequências indesejáveis são capazes de corrigir maus hábitos. Justamente, nesta relação de recompensas e punições como resultado das ações desempenhadas pelo educando ou paciente, é baseada seu método conhecido como behaviorismo radical, o qual de acordo com Rosa e Albrecht (2022), apresenta três pilares a "Análise Comportamental Aplicada", a "Análise Comportamental" e a "Análise Experimental do Comportamento".

Observa-se que o entendimento do comportamento humano reside na forma com que o universo interno (psique) recebe e interpreta os dados vindos dos sentidos, evidenciando que a interpretação e a sensação oriundas da experiência com o mundo físico geram o bem-estar ou a repulsa.

É na relação já mencionada da teoria de Watson do mundo concreto, externo e prático com o mundo interno, psicológico e dependente das interpretações que o indivíduo promove, que se fundamenta o método de estímulos e punições, causando boas sensações quando o comportamento do educando corresponde às expectativas, e repulsas quando a resposta não condiz com a proposta da atividade.

Considerando que segundo Costa (2015), o conceito de autismo seria "absorvido em si próprio" (Costa, 2015, p. 3), e que as constatações de Kanner citado por Costa (2015) partiram da observação de crianças caracterizadas no referido espectro para apontar entre várias peculiaridades compartilhadas pelo grupo que este pesquisador analisou, justamente, a hipersensibilidade a estímulos, é evidente que considerando a relação já mencionada entre o externo e o interno aliada aos estímulos provocados por respostas positivas à atividades propostas, visando o incentivo aos hábitos positivos,

trabalhando a experiência com o mundo real para intervir no universo interno, provocando interpretações que favoreça este comportamento positivo, a Análise de Comportamento Aplicada (ABA) é a intervenção mais adequada, pois se trata de uma ação educacional que atrela atitudes benéficas ao educando e sua socialização à recompensas prazerosas a ele.

É possível observar esta relação de resposta a ações executadas e estímulos cognitivos na psicologia positiva conforme exposição de Seligman (1977), o qual apesar de ser adepto de outra corrente psicológica, pode-se relacionar com a teoria trabalhada, pois é uma dissertação de uma corrente da psicologia que também comprova que as respostas a qualquer atitude humana são primordiais para manter a saúde mental.

Embora em outro contexto, percebe-se que as consequências são o que estimulam ou desestimulam o indivíduo a seguir ou desistir de uma empreitada. Neste sentido, Seligman (1977) realiza um experimento com cães, no qual cada vez que eles pressionassem um botão, um choque era dado, notando que com o tempo os animais não apresentavam mais ânimo para levantar e apertar o botão; do contrário, quando a ação de pressionar o botão gerou um benefício como cessar um barulho insuportável, os cães se sentiram motivados a praticar a ação proposta. Deste modo, o resultado da referida experiência desemboca na mesma conclusão de Skinner já mencionada de que há uma relação entre o universo interno cognitivo e as consequências positivas e negativas de cada ação individual.

Ressalta-se este argumento da teoria do desamparo aprendido de Seligman, baseado no experimento realizado pelo referido autor, pois sua conclusão desemboca justamente no fator do estímulo externo como influência para o comportamento do sujeito, comprovando que as respostas são preponderantes para a conduta e o desenvolvimento de cada ação e postura individual.

Deste modo, evidencia-se que a análise comportamental aplicada é um método adequado para o autista, pois trabalha o universo interno a partir dos sentidos, utilizando consequências positivas para reforçar comportamentos adequados e consequências negativas como punições para inibir ações indesejadas como o autoflagelo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características do Transtorno do Espectro Autista (TEA) apontam que conforme estudiosos do tema explanam, as similaridades do referido quadro residem na dificuldade de interação na rigidez da rotina, nos problemas de comunicação verbal e não verbal, além de conforme a própria definição apregoa “um ser absorvido por si próprio”, indicando justamente um déficit na capacidade de interagir com a realidade concreta e externa para internalizar as informações e variações da vida prática comunitária.

Considerando estes predicados, uma intervenção que trabalha esta relação entre o interno e o externo, entre o cognitivo e a realidade concreta, aparece como uma metodologia capaz de canalizar as energias do autista para comportamentos positivos através de estímulos e consequências punitivas para premiar ações adequadas e desincentivar posturas inadequadas que geram malefícios inclusive ao próprio sujeito como o autoflagelo.

Ressaltando que o princípio do reforço à ações positivas conforme a corrente psicológica do behaviorismo se enquadra como um tratamento adequado para apregoar comportamentos positivos na rotina do autista, posta a característica de interesses específicos que o espectro apresenta, podendo ser utilizados a favor da intervenção e a rotina rígida, na qual é possível introduzir atitudes benéficas ao paciente e à suas relações familiares e sociais.

Embora a teoria da metodologia ABA seja oriunda de uma corrente psicológica, sua aplicabilidade é perfeitamente possível e condizente com o ambiente educacional, pois se trata da condução do aluno no processo de conhecimento das relações de causa e consequência, conjuntamente com o estímulo ao desenvolvimento individual de potencialidades inerentes ao próprio sujeito enquanto educando.

Deste modo, se o objetivo deste artigo era refletir sobre a metodologia ABA como uma intervenção apropriada para o quadro do espectro em questão, comprovou-se que esta ação educativa advinda da corrente

psicológica do behaviorismo, associando os comportamentos positivos a recompensas prazerosas e atitudes negativas a punições e consequências desagradáveis, corresponde plenamente às necessidades do autismo. Observou-se uma vasta produção bibliográfica que trabalha esta relação, porém recomenda-se um aprofundamento no ponto específico mencionado neste artigo da contribuição de outras correntes psicológicas como a psicologia positiva de Seligman na confirmação dos pressupostos da análise comportamental em seus argumentos teóricos.

Evidencia-se que a metodologia da Análise Comportamental Aplicada (ABA) com seus condicionantes de estímulos e punições representa uma intervenção educativa que corresponde às necessidades do autismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. B; BENTES, J.F. A análise do comportamento aplicada (ABA) como ferramenta no processo de ensino-aprendizagem da criança com transtorno do espectro autista (TEA). 2019. 43 f. Trabalho de conclusão de curso de licenciatura plena de pedagogia (Escola Superior Madre Celeste). Ananindeua, 2019. Disponível em: https://esmac.edu.br/wp-content/uploads/2023/08/A-ANALISE-DO-COMPORTAMENTO-APLICADO-ABA-COMO-FERRAMENTA-NO-PROCESSO-DE-ENSINO-APRENDIZAGEM-DA-CRIANCA-COM-TRANTORNO-DO-ASPRECTRO-AUTISTA.pdf. Acesso em: 10 Fev. 2025.

COMO estrelas na terra. Direção: Aamir Khan, Amole Glupte. Produção: Aamir Khan, Ajay Bijli, Kiran Rao, Sanjeev Bijli. Intérpretes: Aamir Khan; Darsheel Safary; Abhishek Bachchan; Aniket Engineer; Ayaan; Vipin Sharma e outros. Roteiro: Amole Glupte. Walt Disney Home Entertainment, 2007. DVD. 165 min.

CORTELLA, M. S. Pensar bem nos faz bem. V. 1. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

COSTA, V. S. Perturbação do Espectro do Autismo: O impacto na família e a intervenção do Serviço Social. 2015. 101 f. Tese de Mestrado em Serviço Social (Instituto Universitário de Lisboa). Lisboa, 2015. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/10718. Acesso em: 28 Jan. 2025.

MACIEL, M. R. C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. Revista perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 2, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/3kyptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/abstract/?lang=pt. Acesso em: 03 Fev. 2025.

ROCHA, P. C. P; MORAIS, P. A. O uso da terapia ABA como ferramenta para o tratamento do transtorno do espectro autista: uma revisão literária. Revista Acadêmica Caderno de Diálogos, v. 7, n. 1, 2024. Disponível em: https://periodicos.faculdadefamart.edu.br/index.php/cadernodedialogos/article/view/186. Acesso em: 27 Jan. 2025.

ROSA, S. O; ALBRECHT, A. R. M. Estudo sobre a análise do comportamento aplicada (ABA) e sua contibuição para a inclusão de crianças com transtorno do espectro autista (TEA), graus II e III, no ensino fundamental I. 2021. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Especial (Centro Universitário UNINTER). Curitiba, 2021. Disponível em: https://repositorio.uninter.com/handle/1/905?show=full. Acesso em: 29 Jan. 2025.

SELIGMAN, M. Desamparo: Sobre depressão, desenvolvimento e morte. Editora de humanismo, ciência e tecnologia "hucitec" Ltda; Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP.1977.

SOUZA, J. C. Terapia ABA e o transtorno do espectro autista na intervenção precoce. 2022. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso de bacharel em Psicologia (Anhanguera). Jacareí, 2022. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/49659/1/Jeniffer_Souza_Defesa.pdf. Acesso em: 29 Jan. 2025.